Disciplina: DIREITO ELEITORAL.

Código: DIR03817.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Estado (DIR09858) e Teoria da Constituição (DIR03783).

Ementa: Normas constitucionais, Sistemas eleitorais, Eleição Majoritária e Proporcional. Legislação eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Perda de Direitos Políticos. Partidos Políticos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes Relações com as diferentes disciplinas jurídicas e importância de seu estudo.
2. Poder Representativo. Manifestações eleitorais na Grécia e em Roma. Práticas eletivas na Idade Média. Instituições representativas em Portugal. O alvorecer das instituições representativas entre os germanos e saxões. Transplantação de instituições representativas lusitanas para o Brasil-colônia. Organização eleitoral brasileira após a Independência. Natureza da representação política. Transformações no regime representativo. Natureza do sufrágio.
3. Organização eleitoral. Aspectos da organização eleitoral. Da extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Forma de sufrágio. Da distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Implicações da organização eleitoral sobre os sistemas políticos. Refração do sistema eleitoral no ambiente rural. Distorções do sistema eleitoral no ambiente urbano.
4. Justiça Eleitoral. O controle do processo eleitoral. Características institucionais. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral. Competências.
5. Ministério Público na Jurisdição Eleitoral. Conceito. Funções Posição institucional. Órgãos. Competências na jurisdição eleitoral. Causas *inibitoriais* de exercício de competências.
6. Capacidade Política. A capacidade política: aquisição e exercício da cidadania. Requisitos à capacidade política. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.

7. Alistamento Eleitoral. Do ato de alistamento. Efeitos do alistamento. Requisitos à inscrição eleitoral. Processo. Transferência. Fases do alistamento. Cancelamento e exclusão. Fiscalização partidária.
8. Elegibilidade. Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Partes legítimas para arguição. Impugnações. Inelegibilidade. Procedimentos objetivando a declaração de inelegibilidade.
9. Garantias Eleitorais. Aspectos gerais.
10. Propaganda Eleitoral. Conceituação da propaganda. Técnicas de propaganda. A liberdade de propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral no Brasil. Pressupostos igualitários na propaganda política. Processos de controle aplicáveis à propaganda.
11. Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Seções eleitorais. Composição das mesas receptoras. Competência das mesas receptoras. Localização das mesas receptoras. Fiscalização perante as mesas receptoras. Medidas preparatórias.
12. Votação. Instalação dos trabalhos da mesa receptora. A manifestação do voto. Votos em separado. Regras especiais de votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação.
13. Apuração eleitoral. Funcionamento da Junta Apuradora. Abertura da urna. Impugnações e recursos durante a apuração. Contagem de votos. Da escrituração pertinente à apuração. Apuração nos Tribunais Regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos.
14. Invalidade de atos eleitorais. Invalidade no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Anulabilidades no Código Eleitoral. Invalidade de atos partidários.
15. Recursos eleitorais. Conceituação do recurso. Modalidades dos recursos eleitorais. Interposição dos recursos eleitorais. Tramitação dos recursos nos Tribunais. Prazos dos recursos. Efeitos dos recursos.
16. Crimes eleitorais. Progressivo isolamento dos crimes eleitorais da legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Classificação dos crimes eleitorais. Especificação dos crimes eleitorais. A conexão dos crimes eleitorais. As penas nos crimes eleitorais.
17. Processo Penal e Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Apreciações introdutórias. Processo Penal Eleitoral. Princípios processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral. Processo disciplinar partidário

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral brasileiro. Bauru: Edipro, 2004.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Eleições – Comentários à Lei nº 9.504/97. São Paulo: Dialética, 2004.

FERREIRA, Pinto. Código Eleitoral Comentado. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.

PINTO, Djalma. Direito Eleitoral. São Paulo. Atlas, 2005.